

## **Aneel quer Ibama na análise de impactos**

Na audiência pública de ontem na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, considera ser "um equívoco tratar projetos de interesse público da mesma maneira que se trata projetos de interesse essencialmente privados".

Ao lado dos emissários da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o secretário-executivo do ministério, João Paulo Capobianco, e o presidente interino do Ibama, Bazileu Margarido, Kelman citou como exemplo de obras de interesse público as usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Elas estão previstas no PAC e estão à espera de concessão de licença ambiental pelo Ibama. Durante as mais de três horas de reunião, em quase todas as suas intervenções, Kelman insistiu que o Ibama deve acompanhar todo o processo de análise do impacto ambiental, e não apenas a fase final.

"É preciso que o Ibama acompanhe todo o processo, e não apenas no final do processo o Ibama diga se há ou não erro, há ou não condição para que o projeto vá adiante", defendeu. Ao falar sobre o impasse em relação à concessão de licenciamento para as obras do Madeira - são dois os problemas detectados e que emperram a obra: a questão de sedimentos e a reprodução de bagres -, Kelman afirmou: "não há conhecimento que certifique, que permita dizer, que haverá problemas com a questão dos sedimentos. Mas é possível dizer que vai faltar energia ou que a energia ficará mais cara (se as hidrelétricas não saírem do papel)."

Na tentativa de sensibilizar os representantes do ministério do Meio Ambiente em relação à necessidade da construção de hidrelétricas no País, Kelman afirmou que o custo Brasil é de 15% e que nele está embutido a questão ambiental.

Ao ouvir tal afirmação, Capobianco se mostrou irritado e esclareceu que o custo Brasil incluiu uma série de outros fatores, que não os ligados ao meio ambiente. O secretário-executivo do ministério mencionou: juros, segurança pública e gerenciamento de fluxo financeiro.

Na abertura da audiência, o presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado José Otávio Germano (PP-RS), propôs uma moção de apoio a Kelman. No mês passado, o presidente da Aneel apresentou, em caráter pessoal, um projeto que estabelece o rito sumário para a análise de projetos de interesse nacional.

Germano considerou uma ofensa ao Poder Legislativo a decisão do Ministério Público (MP) no Pará de abrir um procedimento contra Kelman em função de declaração dada em reunião do dia 12 passado na Comissão de Minas e Energia.

In: Aneel quer Ibama na análise de impactos. **Jornal Tribuna da Imprensa**. 10 maio.2007.